

INSTRUÇÕES

Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na Folha de Respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO e nas questões da prova marque ao lado o comando. A ausência de marcação não penaliza e a marcação de ambos os campos serão apenadas. Para devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas provas objetivas. Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura Situação hipotética: ... seguida de Assertiva: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta. Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "Espaço livre" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos etc.

TEXTO I

O Cerrado, segunda maior formação vegetal do Brasil e da América do Sul, é frequentemente subestimado em sua complexidade ecológica, sendo erroneamente categorizado como uma mera savana. Contudo, suas savanas, florestas e campos abrigam uma biodiversidade incomparável, com mais de dez mil espécies de plantas catalogadas, muitas delas endêmicas. Este bioma se destaca como um berço de águas, alimentando importantes bacias hidrográficas como as do Paraná, Tocantins/Araguaia e São Francisco, e influenciando diretamente o regime hídrico de vastas regiões do país. A riqueza de sua fauna, que inclui mamíferos ameaçados como o lobo-guará e a anta, e milhares de espécies de insetos e aves, sublinha a urgência de sua conservação.

Historicamente, a expansão agrícola no Brasil, especialmente a monocultura de soja e a pecuária extensiva, tem avançado vigorosamente sobre o Cerrado. A conversão de áreas nativas para lavouras e pastagens resultou em uma perda de cobertura vegetal que já atinge cerca de metade de sua área original. Essa devastação não apenas compromete a resiliência do ecossistema, mas também acelera a erosão do solo, a contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos e a emissão de gases de efeito estufa. Paradigmaticamente, a legislação ambiental brasileira conferiu ao Cerrado uma proteção menos robusta se comparada à Amazônia e à Mata Atlântica, o que o tornou mais vulnerável aos avanços do desmatamento legal e ilegal. A persistência de práticas insustentáveis e a implementação de políticas públicas que, por vezes, priorizam o desenvolvimento econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental, dificultam a reversão desse cenário preocupante. A conscientização sobre a importância estratégica do Cerrado para a segurança hídrica e alimentar do Brasil é crucial para que se estabeleçam mecanismos eficazes de proteção e recuperação.

(Adaptado de O Globo, nov. 2024)

Com base no texto acima, julgue o item a seguir.

01-(IBED) Infere-se do texto que a relativa vulnerabilidade legal do bioma Cerrado, em comparação à Amazônia e à Mata Atlântica, é um fator determinante para a intensificação da sua degradação ambiental, uma vez que a ausência de amparo jurídico equivalente facilita a conversão de suas áreas nativas para atividades agrícolas e pecuárias.

02-(IBED) A expressão 'berço de águas', utilizada no primeiro parágrafo para caracterizar o Cerrado, manifesta uma metáfora que, no contexto, atribui ao bioma a função de uma fonte primordial de recursos hídricos, sendo responsável pela origem e manutenção de importantes bacias hidrográficas nacionais. Todavia, a substituição dessa expressão por 'região de mananciais' manteria integralmente o sentido e o impacto estilístico da frase original.

03-(IBED) No segmento 'A persistência de práticas insustentáveis e a implementação de políticas públicas que, por vezes, priorizam o desenvolvimento econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental, dificultam a reversão desse cenário preocupante', o termo 'que' introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa, contribuindo para esclarecer o tipo de 'políticas públicas'. A retirada das vírgulas que isolam essa oração não alteraria a correção gramatical, mas introduziria uma restrição ao significado de 'políticas públicas', modificando a interpretação original do autor.

04-(IBED) Considere o trecho 'Historicamente, a expansão agrícola no Brasil, especialmente a monocultura de soja e a pecuária extensiva, tem avançado vigorosamente sobre o Cerrado'. A palavra 'vigorosamente' atua como um advérbio de modo e intensifica a ação de 'avançado', indicando que o progresso da expansão agrícola ocorre de maneira potente e rápida. No contexto, se substituído por 'paulatinamente', o sentido da frase seria invertido, indicando um avanço gradual e lento, contrariando a tese de rápida devastação do bioma.

05-(IBED) O segundo parágrafo do TEXTO I apresenta uma relação de causa e consequência explícita ao conectar a expansão agrícola no Brasil com a perda de cobertura vegetal do Cerrado, a erosão do solo, a contaminação da água e as emissões de gases estufa. Essa conexão lógica é reforçada pela utilização de conjunções explicativas. No entanto, a ideia central do parágrafo concentra-se mais na descrição do problema do que na apresentação de soluções imediatas, característica que desqualifica a argumentação apresentada como plenamente persuasiva.

06-(IBED) Situação hipotética: Um novo projeto de lei proposto no congresso visa a criação de uma agência reguladora autônoma para monitorar e propor diretrizes para políticas públicas federais. Assertiva: Conforme a teoria dos ciclos de políticas públicas, a criação dessa agência impactaria diretamente a fase de formulação da agenda governamental, ao introduzir um novo ator com capacidade de balizar a entrada de problemas na pauta decisória, e a de monitoramento e avaliação, dada sua função fiscalizadora e propositiva, solidificando a transparência e a accountability no âmbito da governança pública.

07-(IBED) A distinção entre políticas distributivas, redistributivas e regulatórias, proposta por Theodore Lowi na sua tipologia de políticas públicas, é fundamental para compreender os diferentes arranjos de poder e as lógicas de deliberação associadas a cada tipo. As políticas redistributivas, que buscam alterar a distribuição de bens e recursos de forma significativa na sociedade, caracterizam-se por envolverem baixos custos políticos e consensos amplos, facilitando sua implementação devido à ausência de perdedores bem definidos.

08-(IBED) O processo de federalismo e descentralização de políticas públicas no Brasil, embora promova a autonomia dos entes federativos e a maior adequação das ações governamentais às realidades locais, frequentemente gera desafios significativos, como a assimetria na capacidade de implementação entre municípios e estados, a fragmentação da ação estatal e a dificuldade de coordenação intergovernamental, elementos que podem comprometer a efetividade e a equidade na entrega de serviços públicos essenciais, como saúde e educação.

09-(IBED) No contexto das políticas de institucionalização dos Direitos Humanos como políticas de Estado, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), instituído pelo Decreto nº 7.037/2009, desempenha um papel meramente simbólico. Suas diretrizes, por não possuírem força de lei, não oferecem subsídio para a elaboração de programas e ações concretas que visem à efetivação dos direitos fundamentais, sendo sua implementação dependente exclusivamente de vontades políticas momentâneas e desvinculada de compromissos estatais de longo prazo.

10-(IBED) É correto afirmar que o desenvolvimento sustentável, enquanto pilar essencial das políticas públicas contemporâneas, transcende a mera proteção ambiental, englobando simultaneamente as dimensões econômica e social, de modo a garantir que as necessidades do presente sejam atendidas sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. Nesse sentido, programas de mitigação das mudanças climáticas que negligenciam aspectos de justiça social e equidade intergeracional não podem ser plenamente qualificados como sustentáveis.

11-(IBED) O município de Parnaguá, localizado no sudeste do estado do Piauí, é considerado o segundo município mais antigo do estado, tendo sido elevado à condição de município em 1761, sendo precedido apenas por Oeiras. Originalmente denominada Vila de Nossa Senhora do Livramento de Paranaçuá, a cidade teve seu nome simplificado para Parnaguá após sua emancipação política.

12-(IBED) A etimologia do nome Parnaguá tem origem na língua tupi e significa "enseada de grande rio", derivando da junção dos termos "paraná" (grande rio) e "kûá" (enseada ou baía). Esta denominação reflete a histórica relação do município com os recursos hídricos da região sudeste do Piauí.

14-(IBED) Parnaguá está situada no extremo norte do estado do Piauí, a aproximadamente 100 quilômetros da capital Teresina, caracterizando-se por sua proximidade com o litoral e o Delta do Rio Parnaíba, o que favorece o desenvolvimento de atividades portuárias e turísticas relacionadas ao ambiente costeiro.

15-(IBED) Entre os filhos ilustres de Parnaguá destaca-se João Lustosa da Cunha Paranaçuá, que recebeu os títulos de 2º Visconde e 2º Marquês de Paranaçuá durante o período imperial brasileiro. Este personagem histórico acrescentou "Paranaçuá" como seu último sobrenome em homenagem à sua cidade natal, demonstrando o prestígio e a relevância histórica do município no cenário político do Império.

16-(IBED) O município de Parnaguá, localizado no sudeste do Piauí, faz divisa exclusivamente com outros municípios piauienses, não possuindo fronteira com nenhum estado vizinho. Esta característica geográfica o distingue de outros municípios da região que compartilham limites com estados como Bahia e Maranhão.

16-(IBED) Situação hipotética: Uma instituição governamental almeja implementar um sistema de identificação biométrica facial em larga escala para otimizar o acesso a serviços públicos, alegando aprimoramento da segurança e eficiência. Assertiva: A utilização de tecnologias emergentes como a IA, nesse cenário, implica em profundas discussões éticas e de privacidade, dada a capacidade preditiva e de vigilância que o reconhecimento facial por IA confere. Embora possa aprimorar a governança digital, tal implementação demanda um arcabouço legal robusto e mecanismos transparentes de controle que assegurem a proteção de dados e a não-discriminação, sob pena de violar direitos fundamentais e minar a confiança do cidadão, especialmente pela suscetibilidade de algoritmos a vieses de treinamento que podem resultar em iniquidade no acesso aos serviços e na fiscalização.

17-(IBED) No contexto da Internet das Coisas (IoT), a convergência de diversos dispositivos conectados, desde eletrodomésticos inteligentes até sensores ambientais, gera um volume massivo de dados. Essa proliferação de dados exige uma infraestrutura de computação em nuvem robusta para armazenamento e processamento. Contudo, essa interconexão, embora promova eficiência e automação, atua como um vetor de fragilidades na segurança digital, pois a vulnerabilidade de um único dispositivo IoT pode comprometer toda a rede, criando novas superfícies de ataque que são, em geral, mais simples de serem gerenciadas por métodos tradicionais de segurança da informação do que por abordagens voltadas à resiliência de sistemas distribuídos e massivamente integrados.

18-(IBED) Sobre as tecnologias emergentes no cenário de governança digital, o 5G, ao proporcionar latências ultrabaixas e velocidades de conexão significativamente superiores às gerações anteriores, fomenta uma revolução. Esse avanço tecnológico tem o potencial de viabilizar aplicações de realidade aumentada e virtual em treinamentos de servidores públicos e de otimizar a comunicação entre diferentes órgãos do Estado. No entanto, sua implementação exige um investimento considerável em infraestrutura, que, se não acompanhado por políticas de inclusão digital e democratização do acesso, pode acentuar o fosso digital entre regiões e classes sociais no Brasil, transformando-se em um vetor de desigualdade ao invés de um catalisador de progresso igualitário.

19-(IBED) A Computação em Nuvem (Cloud Computing) oferece modelos de serviço como IaaS (Infrastructure as a Service), PaaS (Platform as a Service) e SaaS (Software as a Service), permitindo que órgãos governamentais hospedem suas aplicações e dados em infraestruturas de terceiros, como AWS, Azure ou Google Cloud. Essa abordagem, apesar de otimizar custos e escalabilidade, é intrinsecamente menos segura que a hospedagem local. A delegação da gestão da segurança a provedores externos exime o órgão público da responsabilidade pela conformidade regulatória e pela proteção dos dados sensíveis, uma vez que a segurança na nuvem é de responsabilidade integral do provedor de serviço, conformando-se ao princípio da 'nuvem zero-trust' adotado por esses provedores como padrão único e irrestrito, o que simplifica a governança de dados governamentais.

20-(IBED) Com o advento de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa, como ChatGPT e Google Bard, o setor público se depara com a oportunidade de otimizar processos internos, desde a redação de documentos técnicos até a resposta automatizada a questionamentos da população. No entanto, a implementação dessas ferramentas em ambientes governamentais exige uma avaliação rigorosa quanto à confiabilidade das informações geradas, o controle sobre os dados de treinamento utilizados e a potencial substituição de mão de obra humana, que pode levar a questões éticas e sociais graves. A capacidade de discernir a veracidade e a fonte da informação produzida por essas IAs torna-se um desafio central, exigindo que o usuário final detenha um alto grau de letramento digital e crítico para evitar a disseminação de notícias falsas ou dados imprecisos que comprometam a integridade dos serviços públicos.

21-(IBED) As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009) estabelecem que o currículo da Educação Infantil deve se estruturar em torno do eixo interativo e do brincar, garantindo que as interações e a brincadeira assumam a função de meras estratégias pedagógicas e não de eixos estruturantes, o que os diferencia de outras etapas da Educação Básica pela flexibilidade de sua aplicação em contextos diversos.

22-(IBED) No contexto do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, a concepção de educação que o sustenta deve ser um documento estático, refletindo as diretrizes iniciais do corpo docente e da comunidade, sem a necessidade de revisões periódicas que incorporem as dinâmicas sociais e educacionais, garantindo assim a estabilidade dos princípios norteadores.

23-(IBED) A relação professor/aluno, segundo abordagens socioconstrutivistas, assume uma assimetria fundamental e unidirecional, na qual o professor detém o saber e o transmite ao aluno de forma passiva, sendo a interação um elemento secundário para o processo de ensino-aprendizagem, especialmente nos anos iniciais.

24-(IBED) Segundo a epistemologia genética de Jean Piaget, o desenvolvimento cognitivo ocorre através de estágios fixos e universais, sendo a experiência social um fator secundário para a construção do conhecimento, pois a equilíbrio e a adaptação (assimilação e acomodação) são processos autônomos do indivíduo, desvinculados de interações com o meio.

25-(IBED) Vygotsky, em sua perspectiva sociointeracionista, defende que a aprendizagem e o desenvolvimento são processos independentes e cronologicamente distintos, sendo a aprendizagem um pré-requisito para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, e a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) apenas uma medida do potencial de aprendizagem infantil, sem implicar na co-construção do conhecimento.

26-(IBED) O planejamento de ensino, em seus elementos constitutivos, exige que os objetivos educacionais sejam formulados prioritariamente em termos de resultados observáveis e mensuráveis, desconsiderando a importância dos objetivos formativos e atitudinais, uma vez que estes são de difícil verificação e não contribuem diretamente para a progressão acadêmica formal.

27-(IBED) A avaliação na Educação Infantil, conforme a legislação vigente e as diretrizes pedagógicas, deve ter caráter classificatório e quantitativo, com o intuito de aferir o desempenho da criança em relação a padrões pré-estabelecidos e identificar a prontidão para o Ensino Fundamental, permitindo diagnósticos precisos de aptidão.

28-(IBED) O desenvolvimento da competência leitora na Educação Infantil pressupõe, essencialmente, a aprendizagem formal do código alfabético, sendo as práticas de letramento meros coadjuvantes que devem ser introduzidas apenas após a criança dominar as habilidades de decodificação de sílabas e palavras.

29-(IBED) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) estabelece que a Educação Básica, composta por Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, possui como princípio a gestão democrática do ensino público, a qual, no entanto, não implica a obrigatoriedade da participação de todos os segmentos da comunidade escolar na elaboração do PPP, mas sim a consulta formal aos representantes eleitos.

30-(IBED) O valor pedagógico da relação professor-aluno reside predominantemente na transmissão de conteúdos disciplinares, sendo os aspectos afetivos e emocionais elementos secundários que podem, inclusive, prejudicar a objetividade do processo de ensino-aprendizagem se não forem adequadamente gerenciados para evitar vínculos excessivos.

31-(IBED) As tendências pedagógicas críticas, ao contrário das tradicionais, concebem o processo educativo como um instrumento de transformação social, onde o conteúdo programático é dialeticamente construído em função da realidade dos sujeitos, visando a emancipação e a superação das desigualdades, e não apenas a reprodução do conhecimento estabelecido.

32-(IBED) O planejamento curricular deve ser compreendido como um processo linear e sequencial, no qual a seleção dos conteúdos precede rigidamente a definição dos objetivos e a escolha das metodologias, garantindo uma aplicação uniforme em todas as turmas, independentemente das especificidades contextuais e da heterogeneidade dos educandos.

33-(IBED) Situação hipotética: Uma escola municipal de Parnaguá-PI decide implementar um currículo que integra as áreas do conhecimento de forma transversal, promovendo projetos interdisciplinares que conectam história local à sustentabilidade ambiental. Assertiva: Essa abordagem contraria o princípio da progressão curricular estabelecido pelas DCNs para o Ensino Fundamental, que preconizam a organização estrita por componentes curriculares e a especialização do saber em detrimento da contextualização integrada.

34-(IBED) A função social da escola se restringe à transmissão de conhecimentos científicos sistematizados e à preparação para o mercado de trabalho, não lhe cabendo o papel de formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade, tampouco a de promover a inclusão de todos, pois essas são atribuições de outras instituições.

35-(IBED) De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, a avaliação da aprendizagem deve ser concebida como um processo contínuo e formativo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, visando identificar os avanços e as dificuldades dos estudantes para subsidiar a intervenção pedagógica, mesmo que isso acarrete a eliminação da possibilidade de reprovação nos primeiros anos.

36-(IBED) A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece um conjunto de habilidades e competências essenciais que devem ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo da Educação Básica, configurando-se como um documento normativo que determina a totalidade do currículo a ser praticado pelas redes de ensino, excluindo a autonomia das escolas na elaboração de sua parte diversificada.

37-(IBED) A inclusão, no contexto da educação básica, segundo a legislação e os parâmetros curriculares, implica a adaptação do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo regular da escola, sendo a flexibilização curricular e a oferta de recursos especializados prerrogativas que dependem da capacidade institucional de cada unidade de ensino, e não um direito incondicional.

38-(IBED) Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram concebidos como guias metodológicos compulsórios para todas as escolas brasileiras, tendo caráter de currículo mínimo obrigatório, o que lhes confere uma função prescritiva e não apenas orientadora, especialmente no que tange à organização dos conteúdos programáticos.

39-(IBED) A avaliação formativa, ao contrário da somativa, tem como função precípua certificar o grau de domínio das competências e habilidades ao final de uma etapa de ensino, sendo um instrumento de classificação e de ranqueamento dos estudantes, fornecendo dados para a progressão em níveis hierárquicos e não para a retroalimentação do processo de aprendizagem.

40-(IBED) A organização do tempo escolar e do conhecimento, conforme as diretrizes atuais, deve priorizar a fragmentação dos saberes em disciplinas estanques e a rigidez dos horários, a fim de garantir a sistematização e a profundidade do estudo em cada área, minimizando as interações interdisciplinares para evitar a superficialidade dos conteúdos abordados.

41-(IBED) Situação hipotética: Uma professora de anos iniciais utiliza registros anedóticos, observações diárias e trabalhos produzidos pelos alunos para compor portfólios que demonstram o progresso individual. Assertiva: Essa prática está em consonância com as concepções de avaliação formativa na Educação Infantil, as quais valorizam a coleta de dados qualitativos e diversificados para subsidiar a ação pedagógica.

42-(IBED) Os princípios e fins da educação nacional, delineados na LDB, incluem a vinculação entre a educação escolar e o mundo do trabalho e as práticas sociais, o que implica que a escola deve preparar o indivíduo exclusivamente para atender às demandas do sistema produtivo, negligenciando a formação pluridimensional do ser humano.

43-(IBED) O fracasso escolar, em uma perspectiva crítico-social, é frequentemente interpretado como um fenômeno intrínseco às capacidades individuais dos alunos e de suas famílias, sendo a escola uma instituição neutra que oferece oportunidades iguais a todos, desconsiderando as desigualdades sociais e culturais como fatores que influenciam o desempenho acadêmico.

44-(IBED) Na perspectiva da brincadeira como eixo norteador do currículo da Educação Infantil, as atividades lúdicas são vistas como mero passatempo, servindo primordialmente para preencher o tempo livre das crianças e não como um contexto legítimo e privilegiado para a aprendizagem e o desenvolvimento integral, contrariando o que postula a BNCC.

45-(IBED) A família, no contexto da função social da escola, deve ser entendida como uma entidade autônoma cujas responsabilidades educacionais são estritamente separadas das da instituição escolar, havendo pouca necessidade de articulação ou colaboração efetiva para o desenvolvimento integral do aluno, salvo em casos de indisciplina ou baixo rendimento.

46-(IBED) Situação hipotética: Em uma reunião pedagógica, é debatida a necessidade de revisar o PPP da escola para incorporar competências socioemocionais, mas alguns professores argumentam que o documento, uma vez validado, deve ser imutável para garantir a estabilidade das práticas. Assertiva: A postura dos professores está em desarmonia com a concepção do PPP como um documento flexível e dinâmico, que deve ser continuamente reavaliado e atualizado coletivamente, refletindo os princípios de gestão democrática e autonomia escolar.

47-(IBED) A avaliação diagnóstica, conforme preconizado pela LDB e PCNs, tem como propósito principal identificar as lacunas de aprendizagem dos alunos ao final de um período letivo para classificá-los em grupos de recuperação ou progressão, não tendo, portanto, um papel significativo na mediação e regulação do ensino durante o processo.

48-(IBED) A articulação entre objetivos e conteúdos de ensino no planejamento pedagógico deve priorizar a abrangência dos conteúdos, visando esgotar a grade programática definida, mesmo que isso comprometa a profundidade da aprendizagem e a relevância dos objetivos em relação às necessidades e interesses dos alunos nos anos iniciais.

49-(IBED) A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao definir as competências gerais e específicas por área do conhecimento e etapa da Educação Básica, exclui a possibilidade de as redes de ensino e suas unidades escolares contextualizarem os currículos, tornando-os homogêneos em todo o território nacional, sem autonomia para a inclusão de temas regionais ou locais, o que garante a equidade dos padrões mínimos de aprendizagem.

50-(IBED) Situação hipotética: Uma escola implementa um projeto pedagógico que visa à superação do fracasso escolar por meio de atividades de letramento e numeramento lúdicas e contextualizadas, envolvendo a comunidade local e promovendo a valorização das culturas infantis. Assertiva: Esta iniciativa alinha-se aos princípios da educação inclusiva e à concepção de que o acesso e a permanência com sucesso na escola dependem de práticas pedagógicas que consideram a diversidade e promovem o engajamento ativo dos alunos.